

## A QUALIDADE DO ENSINO PARA OS ALUNOS TRABALHADORES\*

Bruno Pucci"  
Valdemar Sguissardi\*\*\*

### Introdução

A democratização do ensino tem sido concebida de diferentes formas. No discurso oficial, especialmente nos anos recentes da chamada "transição democrática", ela tem sido relacionada ao aumento quantitativo do acesso à escola, a menores taxas de repetência e de evasão, ao aumento nos períodos de permanência das crianças e adolescentes no sistema escolar.

Tanto razões de ordem político-ideológica quanto a própria dificuldade da tarefa parecem ter desestimulado uma análise mais aprofundada do desempenho/qualidade do sistema escolar principalmente em relação às necessidades do aluno-trabalhador ou pré-trabalhador.

Isto explicaria o relativo grande número de estudos sobre seletividade escolar, sobre causas internas e externas deste fenômeno e as poucas ou quase inexistentes avaliações do que se convencionou chamar qualidade da escola pública.

- Síntese dos resultados da pesquisa "Escola Pública e Democratização do Ensino no município de São Carlos-SP", patrocinada pelo INEP/MEC (1987-1 988).
- Professor adjunto e atual Coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos-SP.
- Professor adjunto e atual chefe do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos-SP.

O que se verifica, de fato, é uma crença generalizada de que o nível do ensino deteriorou-se nos últimos anos. Falta, entretanto, maior certeza e precisão quanto aos fatores que para isso teriam contribuído. Entre os considerados de maior peso podemos citar: o acesso em maior número de filhos de trabalhadores ao sistema, a redução efetiva da carga horária das atividades de ensino, a degradação das condições de trabalho do corpo docente, a falta de qualidade do livro didático, o permanente distanciamento, na escola, entre teoria e prática, etc.

Retomar a questão mais ampla da democratização da escola pública e atacar a questão nuclear da qualidade dessa escola, tendo em vista a população escolar que dificilmente ultrapassa a oitava série do primeiro grau, apresentou-se a nós como um grande desafio a ser enfrentado.

As três dimensões básicas da democratização do ensino (acesso, permanência e qualidade) foram objeto de nossa preocupação. Foi, entretanto, a dimensão da qualidade a que centralizou nosso esforço teórico-metodológico.

Desde logo tornou-se claro que analisar e avaliar a qualidade do ensino da escola pública na ótica dos alunos-trabalhadores ou pré-trabalhadores é penetrar no cerne da relação entre a teoria e a prática do aparelho educativo escolar do Estado e o processo produtivo, onde, em primeira instância, se verifica a educação do cidadão-burguês-proprietário e a do homem trabalhador. Ou seja, a escola não pode ser concebida como instituição isolada do contexto sócio-econômico-cultural, das classes, das relações de produção. Ela é uma função da hegemonia e dos antagonismos reais interclasses. Ela tem a ver com a existência ou não de real democracia econômica, com oportunidades iguais de acesso ao sistema escolar, de permanência nesse sistema escolar, e do melhor proveito de seu ensino.

Grande parte dos estudos que intentaram diagnosticar a qualidade do "produto" da ação escolar, no Brasil, não têm aprofundado a análise dessa relação. Dentre os que o fizeram, muitos ainda o têm feito com base em concepções que podem ser consideradas equivocadas, tanto a respeito do trabalho quanto das funções que exerce a escola nesse contexto.

Na falta de uma adequada concepção teórica que possa desvelar a complexa realidade tanto do moderno processo produtivo, ali incluído um conceito não-abstrato de trabalho e das relações trabalho-capital, hoje, quanto das classes sociais e de suas lutas, do papel do Estado e de suas instâncias, como a escola etc, esses estudos, via de regra, não têm contribuído para explicitar e compreender as contradições inerentes à relação escola-trabalho e menos ainda têm servido de suporte para eventuais mudanças nessa relação que interessam à formação-qualificação do trabalhador ou futuro trabalhador.

Na ausência desses parâmetros analíticos, onde deveriam ocupar lugar relevante as categorias de totalidade e historicidade, entre outras, a qualidade do ensino da escola pública tem sido abordada e entendida de modo unilateral, parcial e incompleto. Índices de aprovação, de permanência no sistema, de satisfação em relação à escola têm tomado o lugar do volume e significado dos conteúdos científico-técnicos, teórico-práticos, aprendidos; das atitudes e comportamentos incorporados; numa palavra, do sentido e relevância da resposta da ação escolar às necessidades de educação de sua clientela, as quais, como já dissemos, decorrem essencialmente de sua inserção ou não no processo produtivo.

A abordagem do tema da qualidade do ensino nos impôs, portanto, a busca de respostas a questões tais como:

- qual é o novo ABC que deverá superar o ABC tradicional, na perspectiva dos filhos dos trabalhadores?
- a quais das necessidades objetivas dos trabalhadores ou pré-trabalhadores - que enfrentam ambientes cada dia mais tecnologicizados, desqualificados e ignorantes do funcionamento do processo produtivo-a escola pública deverá responder com extrema competência?

- que resposta a escola deveria poder dar aos alunos-trabalhadores enquanto jovens e adolescentes?
- quais as efetivas relações de trabalho em que vivem os alunos-trabalhadores e os agentes do ensino, os docentes?
- dada a crescente divisão do trabalho e desqualificação do trabalhador, que funções cumpre a escola tanto na perspectiva do capital quanto do trabalho?

Podemos subdividir o desenvolvimento de nosso estudo em cinco etapas, a saber:

- Aprofundamento teórico-metodológico das questões postas pelo problema e melhor definição dos procedimentos metodológicos. Neste item nos valem especialmente de alguns pressupostos do materialismo histórico, abordando temas centrais como: a organização da produção ou formação social e seu desenvolvimento histórico; as classes sociais e as lutas de classe no processo de produção da sociedade capitalista; as questões do estado na fase monopolista do capital e os serviços públicos que historicamente vem assumindo; a escola como parte do aparelho ideológico do Estado e fator contribuinte da hegemonia burguesa; o processo da desqualificação do saber profissional do trabalhador; a caracterização das principais necessidades do aluno-trabalhador, às quais a escola pública deveria responder; as relações trabalho-educação: a questão da politécnica à luz das necessidades dos trabalhadores.
- Estudo das características demográficas, sócio-econômicas e educacionais de São Carlos - SP, dentre as quais: população economicamente ativa, pessoas ocupadas por ramo de atividade, rendimentos médios da população, estrutura fundiária, etc.
- Seleção das escolas e das séries a serem especificamente estudadas e levantamento dos dados sobre a estrutura e funcionamento dessas escolas.

Foram selecionadas cinco escolas (uma localizada no centro da cidade, cuja clientela provém de famílias de classe média e média alta e dentre cujos alunos poucos trabalham; duas localizadas em bairros de classe média; e duas localizadas na periferia urbana e freqüentadas por alunos em sua maioria provenientes de famílias de classe baixa ou pobre). Optamos, ainda, por estudar a questão

junto às oitavas séries do período noturno, onde a maioria dos alunos alia estudo e trabalho.

Junto a essas cinco escolas levantamos e analisamos informações quanto: à estrutura e funcionamento; a aspectos sócio-econômicos e culturais da população escolar; à organização político-administrativa, seleção de docentes e funcionários, condições de trabalho e organização sindical etc; à relação escola-comunidade, serviços aos docentes e alunos; a condições físicas e materiais das escolas.

- Trabalho junto aos docentes das oitavas séries, elaboração de instrumento de coleta de dados e aplicação dos mesmos junto a alunos-trabalhadores das oitavas séries noturnas das cinco escolas pré-selecionadas e junto a seus respectivos professores.

Os encontros semanais, durante vários meses, junto aos docentes levaram-nos à conclusão de que o melhor instrumento de coleta de dados, no caso presente, tanto para professores quanto para alunos, seria um questionário elaborado de acordo com diretrizes extraídas do conhecido Questionário de 1 880, de Marx (para levantamento da condição operária na França) e analisado, no Brasil, em especial por Michel Thiolent em sua obra **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária** (São Paulo, Polis, 1981). Para a elaboração desses questionários nos servimos igualmente de outro questionário, também inspirado no de Marx e recentemente utilizado em pesquisa junto a moradores da periferia de São Carlos (V. Sguissardi, 1 985).

O questionário destinado aos alunos, com aproximadamente 100 questões, compôs-se de três partes:

- questões destinadas ao levantamento da realidade das condições e relações de trabalho do aluno-trabalhador;
- questões destinadas ao levantamento das condições econômicas e sócio-culturais do aluno enquanto cidadão, na família, no bairro etc;
- questões destinadas ao levantamento das condições de estudo e aprendizagem do aluno trabalhador na escola. Basicamente, a mesma estrutura caracterizou o questionário destinado aos professores das oitavas séries.

Os questionários foram respondidos por mais de uma centena de alunos das oitavas séries e por quase duas dezenas de docentes dessas séries.

- Sistematização, análise e interpretação dos dados e algumas conclusões cujos itens passamos a expor.

### **A resposta da escola pública às necessidades dos alunos-trabalhadores**

A sistematização e a análise dos dados colhidos em nossa investigação exigem que enfatizemos antes alguns aspectos do contexto que envolve a realidade em estudo, para respondermos às questões que motivaram o presente diagnóstico.

Conforme estudo feito por nós sobre as condições demográficas, sócio-econômicas e educacionais, São Carlos, município do interior do Estado de São Paulo, trata-se de uma cidade, cujos indicadores econômico-sócio-culturais e educacionais se situam em posição levemente superior à média das cidades do mais desenvolvido dos estados brasileiros, portanto, bem acima da média nacional.

Alguns índices serão suficientes para traçar um rápido perfil desta cidade e ilustrar o bem fundado dessa assertiva.

Do ponto de vista demográfico, o índice de urbanização de São Carlos (92%) está acima da média do Estado (88, 64%), diminuindo anualmente o número dos que vivem na zona rural.

Uma das cidades, proporcionalmente à sua população, mais desenvolvidas em termos industriais e de serviços do Estado de São Paulo, São Carlos tem uma população economicamente ativa (PEA) assim distribuída: setor primário, 9, 5%; setor secundário, 44, 5%; e setor terciário, 42%. A renda familiar, em termos aproximados, é a seguinte: 1 7% das famílias recebem até dois salários mínimos; 43%, de dois a cinco salários mínimos; e 42%, acima de cinco salários mínimos. Se considerarmos a renda individual (19% até um salário mínimo; 34% de um a dois salários mínimos; 18% de dois a três salários mínimos e 29% mais de três salários míni-

mos), a situação dos trabalhadores de São Carlos é levemente melhor que a dos trabalhadores do Estado e bastante melhor que a situação dos trabalhadores a nível nacional.

Na zona rural há concentração da posse de terras: 5% dos proprietários possuem 55% da área produtiva; outros 55% (menores proprietários) ocupam apenas 7, 7% das terras. Nas grandes propriedades (São Carlos não possui latifúndios por extensão) avança cada vez mais o cultivo de produtos destinados à exportação (laranja) e produção energética (cana-de-açúcar), que exigem a grande empresa rural e a proletarização progressiva (transformação em bóia-fria) do homem do campo.

Do ponto de vista econômico, São Carlos, pela sua infra-estrutura, localização, meios de comunicação, facilidades de transporte e circulação de mercadorias e capitais, etc, apresenta-se integrada como extensão imediata do centro mais industrializado do país. Faz parte igualmente de uma região que, em termos de produção agrícola, se destaca como a mais importante a nível nacional.

No campo da educação escolarizada, São Carlos igualmente tem posição relativamente privilegiada, se comparada à situação do país e mesmo do Estado de São Paulo. Ao nível do ensino superior, São Carlos sedia uma Universidade Federal, um dos *campi da USP*, uma Fundação Municipal e dois estabelecimentos particulares. O índice de analfabetismo em São Carlos é de aproximadamente 16% contra 17% no Estado e de taxa muito superior no país. De 91 a 92% da população escolarizável de São Carlos ingressam na primeira série do primeiro grau contra no máximo 80% no país.

A estrutura piramidal das taxas de escolarização e o afunilamento a partir das séries iniciais do primeiro grau são fenômenos que também caracterizam a situação do ensino em São Carlos, de forma quase idêntica à de São Paulo e, no entanto, menos grave que a brasileira: enquanto 34, 5% dos alunos do primeiro grau cursam as duas primeiras séries e 14, 9% a 5ª série, apenas 6, 4% ainda frequentam a 8ª série. De 100 alunos que ingressam na primeira série, 35 conseguem aprovação na oitava série, média superior à maioria das cidades brasileiras, cujo percentual é inferior a 20%.

Outro dado relevante para caracterizar a situação do ensino de primeiro grau em São Carlos é o relativo ao nível de formação acadêmica do corpo docente que atua nesse grau: 77% dos professores concluíram curso superior e os demais 23% concluíram o segundo grau.

Todos esses dados a respeito da situação do ensino de primeiro grau, em São Carlos, se, por um lado, mostram a situação relativamente melhor do ensino neste município comparativamente à situação do ensino no Estado e especialmente no país, por outro, não mentem nem escamoteiam a alarmante realidade do acesso e permanência no sistema de ensino da população escolarizável. Isto para apenas nos atermos a essas dimensões, sem entrarmos no mérito, por ora, da qualidade da experiência de escolarização, questão que nesse estudo fundamentalmente nos preocupa.

#### A Situação e as Necessidades do Aluno-Trabalhador

O que tentamos fazer neste estudo-diagnóstico foi uma primeira aproximação da situação e das necessidades do aluno-trabalhador em relação à possível resposta que lhes vem oferecendo o sistema escolar público de primeiro grau de São Carlos.

Os 1 34 alunos da amostra (27% dos alunos matriculados nas oitavas séries noturnas em 1 988), quanto à idade, assim estão distribuídos: 14 anos: 17, 9%; 15 a 16 anos: 49%; 17 a 20 anos: 31 %; e mais de 30 anos: 2%.

Há uma evidente concentração dos alunos-trabalhadores nas classes noturnas (85% dos alunos noturnos trabalham) e também uma clara defasagem série-idade, reveladora de ingresso retardado no sistema escolar e/ou passagem pela experiência quase inevitável, para os alunos-trabalhadores, da reprovação/evasão.

A maioria desses alunos trabalha desde os 11 a 12 anos, o que é um indicador do que deve ocorrer com a maioria absoluta dos que ou não entraram jamais na escola (8 a 9% em São Carlos) ou, tendo nela ingressado, foram sendo obrigados a abandoná-la por um conjunto de fatores variados, mas, em última instância, predominantemente determinados pelas relações de trabalho.

A distribuição dos alunos-trabalhadores pelos três setores da economia chama a atenção para diversos fatos. O primeiro deles é a quase inexistente representação dos trabalhadores do setor primário da economia entre os alunos das oitavas séries. Considerando que, em São Carlos, o setor primário ainda emprega quase 10% da PEA, pode-se concluir que, embora os trabalhadores do campo, cada dia mais, morem na periferia das cidades, a sua escolarização é interrompida antes da oitava série, comprometendo-se em grande medida o nível de instrução mínima exigido para sua sobrevivência e para eventual ingresso nos demais setores da economia. Outro fato importante é a concentração de mais de 2/3 (71 %) dos alunos-trabalhadores no setor terciário, quanto ao nível da distribuição da PEA. Em São Carlos são registrados 42% dos trabalhadores nesse setor contra 44% no setor secundário. Isso nos permite considerar a hipótese de dois fatores combinados determinando essa distribuição dos alunos-trabalhadores. Por um lado, manifestar-se-ia em São Carlos também a tendência dominante no capitalismo monopolista atual que é a crescente concentração dos trabalhadores no setor terciário e isso iria se manifestando com o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. A indústria se moderniza mas não amplia as oportunidades de emprego. Por outro lado, embora não nos tenha sido possível verificar (por falta de dados do próprio IBGE local) se a distribuição pelos setores da economia da PEA nas faixas etárias de 14 a 20 anos aproxima-se ou não da verificada em nossa amostra, e caso ficasse demonstrado que a escola não é procurada pelos jovens que trabalham no setor secundário na mesma proporção do que ocorre com os que atuam no terciário, poderíamos considerar aqui a hipótese formulada por Beatriz Costa, em estudo recente, segundo o qual: "no atual processo de produção capitalista, está ficando bastante relativa a necessidade dos trabalhadores com um saber profissional mais amplo e profundo. Pelo contrário, quanto mais complexa a tecnologia vai ficando, mais ela dispensa um saber operário que acompanhe essa complexidade". (1985: 15).

Outro fenômeno com o qual convivem os nossos alunos-trabalhadores é com a rotatividade no emprego. Apesar de trabalharem em média há quatro ou cinco anos, 77% deles já mudaram de emprego pelo menos uma vez, sendo que metade desses mudaram de

emprego de três a seis vezes. São eles próprios que apontam as razões mais frequentes: a busca de melhor salário e a redução do quadro de pessoal em épocas recessivas e/ou de modernização das empresas.

Os alunos-trabalhadores em sua quase totalidade (89%) informam que foi na fábrica, no próprio emprego, que aprenderam a executar seu ofício, confirmando as conclusões de conhecidos estudos que demonstram como o saber técnico operário não é ensinado pela escola e sim, em períodos de tempo cada vez mais curtos e em função da divisão e desqualificação do trabalho, pela própria empresa capitalista.

É importante observar as condições concretas de trabalho desses jovens trabalhadores. Passemos pela jornada de trabalho que raramente fica contida nos limites das oito horas diárias e consideremos a remuneração desses jovens assalariados. Estes jovens trabalhadores formam uma reserva de mão-de-obra barata, superexplorada. Para uma cidade onde em média 19% dos trabalhadores recebem até 1 S. M., encontramos 35% dos alunos-trabalhadores nessa faixa salarial. Na faixa de um a dois S. M., encontramos 44% dos nossos entrevistados contra 34% da população assalariada de São Carlos. A situação de miséria e indignação dos alunos-trabalhadores somente não é pior porque ainda, em sua maioria, podem se socorrer da existência da organização familiar, que vai perdendo sua forma tradicional e, aos poucos, sendo destruída pelo capitalismo.

Os baixos salários e a necessidade de que todos os membros capazes da família busquem uma forma de renda independente estão levando todos ao mercado de trabalho: pais, filhos, mães.

A quase inexistente participação dos alunos-trabalhadores em qualquer tipo de organização de defesa de seus interesses trabalhistas é outro dado a chamar a atenção, quando pensamos nas necessidades reais dos jovens trabalhadores ou pré-trabalhadores (dos 115 que responderam à questão: "Existe sindicato na sua categoria profissional?" (Q. 31), 21 se declararam sindicalizados e apenas nove participam normalmente das atividades do sindicato).

to). Este talvez seja mais um fato correlacionado ao da estagnação ou diminuição em termos de empregos do setor fabril (secundário), do aumento dos serviços e de firmas que proliferam com pouco capital inicial e que, mais uma vez, como diz Braverman, recorrem: "... à força de trabalho amplamente não sindicalizada e retirada da reserva de pauperizados da parte inferior da sociedade, criam novos setores de baixa remuneração, e essas pessoas são mais intensamente exploradas e oprimidas do que os empregados nos setores mecanizados da produção". (1981: 240)

No que tange à consciência da realidade e à participação em qualquer movimento visando a solução de problemas e necessidades coletivas de serviços públicos, reafirma-se o comportamento manifestado em relação a movimentos de defesa de interesses trabalhistas. Com raras exceções, não há envolvimento com ações reivindicatórias, atribuindo-se ao chamado poder público a responsabilidade pela iniciativa de qualquer solução que a todos beneficie.

Uma participação mais significativa apenas se pode observar ao nível das organizações desportivas e de lazer. As atividades culturais e políticas são praticamente inexistentes para nossos alunos-trabalhadores. Há, por outro lado, uma significativa frequência a atividades religiosas, embora não se tenha podido apreciar qual o grau de comprometimento com essas atividades.

As condições de estudo a domicílio é outra circunstância importante nas relações do aluno-trabalhador com a escola. Poucos dos entrevistados de fato estudam com regularidade em casa, *et pour cause*: quase todos fazem jornada de no mínimo oito horas de trabalho e à noite freqüentam a escola.

O que ocorre com esses jovens está relacionado ao contexto dos conflitos de classes em curso no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas em nosso país: modernização do capital, controle deste ainda fortemente dominante sobre o Estado, mas também avanços da organização dos trabalhadores em vista de sua hegemonia de classe.

Os dados examinados nos permitem fazer sobre os alunos-trabalhadores da oitava série as seguintes considerações: estruturalmente pertencem à classe trabalhadora, falta-lhes, porém, muitas características do operariado moderno. Super-explorados, lutando para terem a chance de um trabalho assalariado, trabalham, em geral, em setores atrasados do capitalismo e possuem poucos dos elementos que caracterizam a consciência de classe e a própria classe operária. Sua concepção de trabalho, sua falta de participação em atividades organizativas, a baixa remuneração, as constantes mudanças de emprego, sua baixa qualificação, entre outros aspectos, caracterizam um conjunto de trabalhadores que, não apenas pelo recente ingresso no mercado em razão da idade, podem ser considerados recém-chegados ao campo das históricas e significativas lutas da classe trabalhadora. Entretanto, já gozam de benefícios sociais públicos (previdência, FGTS, PIS, férias etc.) e, embora desqualificados, se diferenciam da grande massa dos semiproletários e marginalizados. Ter resistido à "expulsão" do sistema escolar e estar completando o primeiro grau é proeza apenas reservada a menos de 20% da população trabalhadora brasileira.

E a escola, no momento atual, dadas as características do moderno processo de produção - com a usina e a fábrica se constituindo em espaço pedagógico privilegiado de formação técnica do operariado - continua tendo um papel de relativa importância para a burguesia. O essencial de sua função parece residir no plano político-ideológico e no terreno da hegemonia. É de seu interesse implementar formas de socialização compatíveis com a manutenção de um contexto favorável à expansão do capital. É necessário promover de maneira permanente a legitimação do modo dominante de produção, do domínio de uma classe sobre a outra.

Com certeza, estamos diante de interesses da burguesia em relação à escola que diferem profundamente das expectativas ou interesses em relação a ela alimentados pelos trabalhadores.

Quais as necessidades dos alunos-trabalhadores, que teriam relação com a atividade escolar? Esquemáticamente, pode-se dizer que além daqueles saberes elementares e básicos - ler, escrever e

contar - e de uma cultura geral indispensável para qualquer cidadão no mundo atual, os alunos-trabalhadores têm necessidade de:

- conhecer e dominar os saberes relativos ao mundo do trabalho: como se organiza e funciona o moderno processo de produção, como se produzem a ciência e a técnica e como são utilizadas na produção, como funcionam e são utilizadas as máquinas modernas e em benefício de quem; como se estruturam as relações de trabalho (exploração do trabalho, emprego, desemprego, salários, preços, lucros, etc), como se organiza a classe proprietária em suas relações com o Estado e com a classe trabalhadora, como se organiza e luta a classe trabalhadora na defesa de seus interesses enquanto classe não-proprietária dos meios de produção e vendedora de força-de-trabalho, como a classe trabalhadora enfrenta as questões e problemas de atual forma de produção dominante (luta pela posse de terra no campo e na cidade, pela habitação, pela saúde, pela educação, pela segurança, pelo trabalho sem exploração, etc);
- aprender a estudar com disciplina e método e a pensar de forma cada vez mais autônoma, independente e criativa, por meio de experiências e atividades de ensino/aprendizagem que garantam a compreensão das relações entre os homens através da história e domínio destes sobre a natureza;
- vivenciar experiências variadas de participação e decisões coletivas que os habilitem à organização e à luta pela posse e usufruto de todos os direitos fundamentais da cidadania;
- aceder ao máximo da produção cultural da humanidade e habilitar-se a apreciar e a produzir obras nos mais diferentes campos das manifestações artísticas;
- desenvolver suas individualidades enquanto jovens e adolescentes, através da permanente participação em experiências desportivas, artísticas e de lazer que levem à solidariedade.

#### Como se Apresentam a Escola e o Professor

Como em relação à situação e necessidades dos alunos-trabalhadores, também em relação à forma como se apresentam a escola e o professor das oitavas séries, não faremos neste momento mais do que um inventário parcial e aproximado.

Esperamos que, à luz de pressupostos teóricos já mais ou menos

consolidados pela produção científica da área, seja possível problematizar-se a questão da democratização e, sobretudo, da qualidade do ensino e formular-se algumas hipóteses de explicação para a realidade em estudo.

É evidente, para nós, na perspectiva de nosso enfoque teórico-metodológico, que a qualidade da resposta que o sistema de ensino dá às necessidades dos alunos-trabalhadores, não é obra apenas de escola e do professor. Ela é resultado da conjugação de uma série de fatores, dentre os quais se sobressai a estrutura da produção, das relações de trabalho que, juntamente com a escola, organizada nos moldes que interessam ao Estado burguês, impedem em grande medida o acesso do jovem trabalhador ao sistema de ensino, tornam quase impossível sua permanência nesse sistema e condicionam a oferta a esses alunos de um ensino do mais baixo nível em termos de tempo e de experiências/conteúdo.

#### *A escola carente e autoritária*

Analisados na ótica da qualidade do ensino oferecido aos alunos-trabalhadores, os dados expostos nas páginas anteriores surpreendem pelo quadro de grande carência de meios e de acentuada organização centralizada somadas a práticas autoritárias das escolas de primeiro grau que retratam. E isto ocorre, já vimos, no contexto de uma cidade, sob muitos aspectos, privilegiada dentre as de melhor nível de vida do Estado.

Este quadro se agrava quando consideramos o conjunto das escolas não em seu atendimento à média da clientela escolar, mas aos filhos dos trabalhadores em geral e aos alunos já engajados no mundo do trabalho.

As unidades escolares são poucas, especialmente na periferia, onde há casos de escola funcionando em cinco períodos diários: manhã, intermediário, tarde, vespertino e noite. Da população escolarizável e que deveria por lei estar na escola, ainda aproximadamente 10% do total permanecem fora da escola em São Carlos. Entretanto, um conjunto significativo de escolas, especialmente da zona central da cidade, não funciona à noite.

Quanto às condições físicas das cinco escolas pesquisadas, é necessário destacar o que se segue: uma única possui instalações físicas consideradas de muito bom padrão, sendo as demais em geral dotadas de condições muito precárias; apenas uma possui laboratório que se presta a utilização regular; três não possuem biblioteca ou espaço minimamente adequado para seu uso; apenas uma possui instalações adequadas para variadas práticas desportivas; geralmente não possuem espaço apropriado para os professores estudarem, prepararem as suas aulas ou atenderem aos seus alunos.

Quanto aos recursos didáticos, são poucos, precários e geralmente tradicionais. Pode-se afirmar que os únicos recursos garantidos são o quadro-negro e os livros didáticos doados pelo Estado. Praticamente inexitem aparelhos elétricos e eletrônicos modernos à disposição do ensino.

Nenhuma escola estadual da cidade possui coordenador pedagógico ou orientador educacional, embora o Estado exija das escolas privadas o preenchimento de tais funções.

Em praticamente todas as escolas o quadro de funcionários e servidores das atividades complementares está incompleto.

Como já se disse, parece que a pretexto de homogenizar pedagógica e didaticamente as turmas, na prática, separam-se as classes sociais, geralmente destinando-se os períodos da tarde e da noite aos trabalhadores ou pré-trabalhadores. Vários pretextos também são utilizados para o não funcionamento no período noturno de escolas do centro ou próximas dele e geralmente melhor equipadas, de mais fácil acesso e que oferecem mais segurança que as da periferia.

À quase indigência da escola em suas instalações, recursos, formas de atendimento ao aluno de primeiro grau e em especial aos alunos-trabalhadores, soma-se o caráter autoritário e centralizador de sua organização técnico-administrativa. De fato, o tripé formado pelo Conselho de Escola, Grêmios Escolares e Associação de Pais e Mestres, e no qual se apoiaria a Direção para gerir a esco-

la, tem apresentado um funcionamento sumamente insatisfatório. Continua a Direção mantendo sua natureza centralizadora e autoritária, quando não antipedagogicamente omissa.

### *Os trabalhadores da educação*

Os dados à nossa disposição traduzem o lento mas crescente processo de proletarização docente. Sua autonomia cada vez mais fictícia cede lugar ao trabalho parcelar de um tipo especial. Como os demais trabalhadores, vê suas tarefas serem progressivamente desqualificadas enquanto perde o controle sobre seu processo de trabalho. Deterioram-se seu interesse, sua "produtividade" e sua satisfação no trabalho.

Cada vez mais, se reconhece que as condições de trabalho do professor do primeiro grau são as piores no contexto das profissões que exigem seu nível de qualificação. A começar pela jornada de trabalho que sempre foi aviltante e desmolarizadora para aqueles que pretenderam levar a sério a atividade docente, dedicando-se à necessária preparação, execução e avaliação de cada hora/aula. Após muita luta reivindicatória, ocorreram mudanças, mas a jornada de trabalho deixa ainda de considerar todo o trabalho de horas e horas extras que o professor tem que realizar a domicílio, especialmente quando se trata de donas de casa com dupla jornada: a docente e a do lar... 13 dos 16 entrevistados são mulheres e no magistério de primeiro grau elas são a maioria nessa mesma proporção.

O grande avanço no Estado de São Paulo foi a possibilidade de dispor-se de uma hora/atividade para cada cinco horas/aula, o que, é evidente, está muito distante do necessário para preparação de aulas, correções de exercícios e provas e tantas outras tarefas atribuídas ao professor. Muitos continuam utilizando-se do sábado e domingo para esses trabalhos. Na escola, quase todos têm alguma atividade ou obrigação extra: conselheiro de classe, conselheiro do Conselho de Escola, membro da direção da APM, responsável pela coordenação pedagógica, membro de comissões variadas etc.

Especialmente nos dias de hoje, o docente é um trabalhador profundamente afetado e perturbado pela insegurança e insuficiência de seu salário. Em sua maioria (10 sobre 16), ganhando abaixo de cinco salários mínimos e recebendo reajustes apenas trimestrais, os professores, de fato, recebem em média, em valores reais, um salário mais do que 1/4 abaixo do seu valor nominal registrado no contra-cheque. A desvalorização de seu salário é a prova mais evidente da desqualificação que lhe é imposta, embora não se constate nenhuma diminuição das exigências sobre a qualidade do "produto" de seu trabalho.

Com o nível salarial atual e que se tem degradado de modo inacreditável no Estado de São Paulo nos últimos 10 anos, o professor não está conseguindo cobrir os gastos com os gêneros de primeira necessidade e as exigências decorrentes de sua profissão e nível de qualificação profissional.

Não deve ser essencialmente por outras razões que os professores abandonam a profissão ou passam a exercer uma segunda profissão paralela (4 dos 16 de nossa amostra estão neste caso). Acrescente-se ainda que, embora não seja o caso de nossa amostra, 36% dos 683 professores do primeiro grau de São Carlos, em 1985, não eram efetivos, o que ainda mais contribui para a instabilidade salarial do professor. E, pensando-se no atendimento aos alunos trabalhadores que freqüentam mais as escolas da periferia, é para lá que em geral são encaminhados os não efetivos ou os profissionalmente mais inseguros e didaticamente menos experientes.

Uma das primeiras repercussões das condições e relações de trabalho em que vive o professor é sobre seu estado de saúde físico e mental. O cansaço, a angústia, a tensão, o desânimo, o estado depressivo, o *stress* são bastante comuns na profissão docente, onde as licenças para tratamento de saúde são igualmente freqüentes.

A proletarização do professor corresponde, entretanto, um avanço na consciência da categoria quanto à organização e às ações necessárias para fazer frente à deteriorização crescente de suas condições e relações de trabalho. A livre associação às entidades de

classe e a participação efetiva de diferentes formas nos movimentos reivindicatórios que culminaram com importantes greves, testemunham o surgimento de uma mentalidade nova substituindo a visão tradicional da organização e funcionamento da sociedade, das relações sociais de produção, do papel da escola e do trabalho docente nesse contexto (a grande maioria dos docentes entrevistados participou das cinco greves que a categoria organizou nos últimos anos).

A análise dos dados referentes à vida sócio-política e familiar do professor mostra o quanto este profissional é absorvido pela atividade docente. Sua participação em atividades ou movimentos organizados fora da escola é praticamente inexistente, com alguma exceção para atividades ligadas a igrejas.

Seja por razões financeiras, seja pela sobrecarga de trabalho docente, a vida cultural da maioria dos professores da nossa amostra é pouco significativa.

Este é o trabalhador do ensino do primeiro grau e das oitavas séries de quem nos ocupamos, com as qualidades e os limites impostos por suas condições e relações de trabalho.

A Prática Pedagógico-Educativa na Visão de Professores e Alunos-Trabalhadores da Oitava Série do Primeiro Grau.

A relação pedagógica professor-aluno, mestre-discípulo, é uma constante fundamental em toda a história do ser humano, civilizado ou não. Em cada época, esta relação tem sido marcada por características específicas que traduzem os traços de outras relações (econômicas, sócio-políticas e culturais), dominantes entre os homens.

Quais são as marcas dessa relação, na sociedade contemporânea, numa cidade com as características de São Carlos e junto a alunos-trabalhadores das oitavas séries do primeiro grau? Como essa experiência revela as profundas mazelas e desigualdades do desenvolvimento brasileiro, a importância ou pouco caso com que é tratada a educação escolar neste país, especialmente quando a

clientela interessada é o jovem trabalhador e seus pais trabalhadores?

Este rápido confronto entre a experiência e a visão docentes e discentes deve começar, a nosso ver, com o que é fundamental: o aluno-trabalhador, em particular do período noturno, vive durante todos os anos de sua formação uma dupla jornada de "trabalho" que são as oito a 10 horas de trabalho assalariado e as três a quatro horas de estudo, mais o tempo de locomoção casa-empresa-escola-casa. A compatibilidade entre as duas jornadas é tanto mais difícil quanto mais a exploração do trabalho se acentua em período de crise, arrocho salarial e recessão e se agravam as condições de sobrevivência. Isto é válido para os que não ingressam na escola, para os que a ela têm acesso com um ou vários anos de atraso, para os que vão se evadindo ou sendo reprovados no curso dos anos escolares.

Tanto os professores quanto os alunos de nossa amostra reconhecem o fenômeno da evasão e cada vez mais o atribuem a razões, em última instância, de trabalho e de pobreza. Os professores não deixam de assinalar que uma escola desinteressante e distanciada da realidade contribui para agravar o fenômeno.

A reprovação (67% dos alunos entrevistados já foram reprovados ao menos uma vez) tem para os professores, aproximadamente, as mesmas causas que a evasão, enquanto que para os alunos, entre as causas principais, além das decorrentes do trabalho, estaria a indisciplina.

A evasão e a reprovação são fatos combinados: a reprovação diminui, em grande medida, porque os alunos abandonam a escola antes das provas finais. De qualquer forma, a soma dos dois percentuais está registrando um aumento significativo, ano após ano, desde 1981. Dever-se-ia esse fato ao agravamento da crise econômica nos anos 80? Ao achatamento salarial? À deterioração das condições da escola e das condições de trabalho dos professores? É necessário sempre lembrar que 86% dos alunos das oitavas séries do noturno em São Carlos são trabalhadores assalariados.

As faltas às aulas por parte dos alunos do curso noturno são bastante comuns. Bastante freqüentes, igualmente, são as faltas dos professores, o que determina, em geral, a suspensão da aula ou a remontagem de horários.

Outro fator de suspensão de aula são as reuniões da escola para as mais diversas finalidades, que não têm previsão fora do estrito calendário letivo.

O lamentável, quando da suspensão das atividades letivas, é o fato de que não há clima para estudos na escola. Apenas alguns alunos preenchem o tempo estudando; a maioria vai para casa. Na falta de espaços para lazer ou de atividades culturais organizadas, o precioso tempo de experiências enriquecedoras se esvai. As aulas, via de regra, não são jamais recuperadas.

Outro complicador da regularidade e da "produtividade" do ensino são as também relativamente freqüentes mudanças de professores de uma mesma disciplina durante o ano.

A grande carência de material didático põe, mais uma vez, professores e alunos de acordo. O que falta vai desde cadernos, lápis de cor até livros e material para laboratório, etc. E isto para não falarmos da mais completa indigência da escola "moderna" do Estado mais industrializado e desenvolvido do país em termos de modernos aparelhos eletro-eletrônicos como máquina de escrever, calculadoras, filmadoras, aparelhos de vídeo, microcomputadores, etc.

O mesmo se diga da falta total de laboratórios, como já vimos, e de bibliotecas, realmente bem instaladas, com farto material bibliográfico e facilmente utilizáveis por professores e alunos. Dos professores, apenas 31, 35% afirmam freqüentar a biblioteca. É um número elevado, considerando-se que a maioria das escolas não as possui ou as possui em péssimas condições de uso. Além disso, o tempo disponível do professor é diminuto ou inexistente.

Dadas as suas atuais condições de trabalho, são quase 40% os professores que afirmam não conseguirem se manter atualizados

com os conhecimentos técnico-científicos de sua área de especialização. É muito provável, pelas mesmas razões, que a atualização dos demais seja bastante insatisfatória e precária.

Quanto à participação na elaboração do plano escolar, apenas 43, 75% dos docentes nela tomam parte. Parece ficar demonstrado que o planejamento escolar, enquanto uma atividade coletiva do conjunto administrativo-pedagógico da escola, não passa hoje de uma mera formalidade burocrática. O que ainda subsiste é o planejamento individual ou, no máximo, de responsáveis por uma mesma disciplina e que vai sendo realizado e reformulado no decorrer das atividades letivas. De qualquer forma, não parece haver sistematização e objetividade maior nesse tipo de planejamento que possibilite facilmente alguma forma de acompanhamento, avaliação e controle.

A maioria dos alunos diz que as escolas comunicam no início do ano letivo o essencial dos planos de ensino: objetivos, conteúdos e formas de avaliação. O mesmo não ocorreria com os critérios de avaliação no decurso do ano letivo.

Na perspectiva de nosso estudo, ao lado dos conteúdos programáticos tradicionais - que responderiam pela necessidade de garantir-se a cultura geral básica do aluno - procuramos levantar alguns tópicos que nos pareceram ilustrativos das necessidades dos jovens trabalhadores em relação à escola. Entre esses, destacamos: a situação dos jovens e seus problemas, o funcionamento da empresa moderna, as relações de trabalho e a exploração do capital sobre o trabalho, os direitos e garantias do cidadão, os grandes problemas da política econômico-social, e a organização dos trabalhadores.

É significativo o número de professores que não respondem às questões relativas a esses tópicos ( $\pm 20\%$ ). A questão sobre a organização dos trabalhadores teve 37% de não-respostas (!). Perguntados sobre se a própria disciplina contribuía para o aprofundamento dessas questões, em apenas um caso (dos grandes problemas da política econômico-social) as respostas positivas superaram os 50%. Em média, as respostas positivas atingiram 30%.

Os alunos encarregaram-se de esclarecer em que disciplinas esses tópicos têm sido abordados. Os problemas da juventude são tratados em Ciências e Programas de Saúde; a empresa moderna, em O. S. P. B., História e até em Matemática; as relações de trabalho, emprego, desemprego, violência etc, em O. S. P. B., Geografia e História; os problemas de ordem econômica e social e a organização dos trabalhadores, ainda em O. S. P. B., História e Geografia.

Ficam razoavelmente explicados os índices apresentados pelos professores, dado que não são apenas responsáveis pelas disciplinas mais citadas pelos alunos. Registre-se a importância de disciplinas, como O. S. P. B., História, Geografia, Ciências e até Matemática para o aprofundamento dessas questões.

Ressalte-se a pouca ou nenhuma participação da escola no desenvolvimento de conhecimentos sobre máquinas mecânicas, elétricas e eletrônicas. A situação se agrava quando se verifica o profundo desconhecimento tanto de alunos quanto de seus próprios professores sobre os princípios científicos que fundamentam a tecnologia moderna, sua produção, utilização e suas conseqüências para o trabalho.

Que dizer da escola para os alunos-trabalhadores quanto a atividades educativas, tais como atividades artísticas, esportivas ou culturais em geral? Aproximadamente 2/3 dos alunos negam existirem em suas escolas tais atividades. Nos fins de semana a escola não existe para 92% dos entrevistados. A falta de espaços físicos para essas práticas já foi referida.

A escola é uma oportunidade de experiências variadas de participação em diversos níveis de decisão. Sua organização deveria garantir que os alunos pudessem tirar proveito dessa possibilidade. A realidade demonstrada pelos alunos diz quase exatamente o contrário: 67% negam qualquer tipo de envolvimento em decisões relativas ao funcionamento regular da escola. Os alunos também confirmam o funcionamento insatisfatório de órgãos colegiados e entidades como APM, Grêmios Escolares; a inexistência de Centro Cívico, Clube de Ciências, etc.

Os dados levantados a partir dos questionários ilustram bem a dimensão que assumem as questões disciplinares na escola, onde cabe ressaltar o papel do inspetor de alunos, muitas vezes a única "autoridade" escolar que os alunos dos cursos noturnos encontram nas escolas. Registrem-se, ainda, as numerosas normas moralizadoras que ao sabor do tempo e da mentalidade equivocada dos responsáveis pelas escolas vão sendo estabelecidos e que vão marcando o caráter dessa experiência "formadora" do pensar e do agir do jovem-trabalhador-estudante.

Quanto às penalidades, pode-se dizer que elas se efetivam, via de regra, pela avaliação e, quando são de caráter geral ou não vinculadas a disciplinas curriculares, carregam a marca do autoritarismo escolar na medida em que raramente o aluno tem direito de defesa. As penalidades mais drásticas levam mediata ou imediatamente ao abandono da escola pelo punido.

A atividade pedagógica da escola e dos professores deveria poder ser avaliada por mecanismos adequados de maneira a que pudessem contribuir para redirecionamentos da orientação e sentido do trabalho realizado. Todos sabemos que esta avaliação por instâncias superiores é difícil e, quando existe, mal balizada por parâmetros que não refletem os interesses e necessidades da população que mais necessita da escola.

### **Algumas idéias para uma conclusão provisória**

A conclusão de um estudo-diagnóstico como este é uma tentativa de encerrar provisoriamente a discussão de algumas questões e de começar a formular outras tantas. A democratização da escola pública e, em particular, a qualidade do ensino para os alunos-trabalhadores, pela sua importância, deverão continuar sendo objeto de muitas e sistemáticas análises, especialmente no âmbito de estudos da relação trabalho-educação.

Os dados levantados junto às cinco escolas de São Carlos, sistematizados e sucintamente analisados a partir dos pressupostos teórico-metodológicos estabelecidos, permitem que formulemos algumas considerações finais.

### **Significado da Resposta da Prática Escolar às Necessidades dos Alunos-Trabalhadores**

Se tomarmos como parâmetro para nossa avaliação a realidade analisada no item. "A situação e as necessidades do aluno-trabalhador" e a confrontarmos pura e simplesmente com a prática escolar descrita e analisada a partir das observações realizadas junto às escolas e dos depoimentos dos professores e alunos-trabalhadores das oitavas séries do curso noturno de primeiro grau de São Carlos, acreditamos que ficará evidente ao leitor que esta resposta é extrema e desastrosamente insatisfatória para os alunos-trabalhadores ou pré-trabalhadores, tomados como representativos dos interesses e necessidades da classe trabalhadora. E isto, vale a pena sempre lembrar, está ocorrendo numa cidade de porte de São Carlos, Estado de São Paulo, que, como já demonstrado, sob múltiplos aspectos sócio-econômicos e culturais, está situada bem acima da média nacional.

Mas dizer o que acabamos de dizer é apenas reconhecer mais um dado irrefutável. Se passarmos em revista, uma a uma, as "necessidades" dos alunos-trabalhadores e buscarmos identificar situações, atividades, experiências escolares que a elas pudessem responder, chegaremos a respostas em geral quase sempre negativas. Ou seja, a realidade e os saberes que, apoiados em M. Manacorda, aqui denominamos "ABC moderno" ou saberes políticos, tão necessários e urgentes para tornar o jovem trabalhador contemporâneo de seu tempo e capaz de lutar para a emancipação de si mesmo e de sua classe, estão longe, muito longe de tomarem assento na escola pública destinada aos filhos dos trabalhadores.

Com isto não queremos afirmar que a escola de primeiro grau esteja fracassando totalmente em relação a seus compromissos com o ABC tradicional, com uma cultura geral básica que sempre terá importância inegável para a formação do cidadão, seja ele trabalhador assalariado ou não. Tratando-se do aluno trabalhador e à luz do que vimos e analisamos até aqui, podemos, entretanto, levantar sérias dúvidas se, mesmo nesse nível, a escola não está apenas e basicamente cumprindo funções adequadas aos interesses do capital e pouco, e apenas talvez por contradição, aos interesses da

classe trabalhadora. Da escola pode não sair um trabalhador-cidadão contemporâneo de seu tempo, mas com muita probabilidade sairá um trabalhador marcado pela indelével experiência disciplinadora, moralizadora e formadora do trabalhador coletivo que interessa aos capitalistas da acumulação privada.

Ao nos perguntarmos sobre o significado da ação escolar em relação aos alunos-trabalhadores, cabem as questões: a quem interessa a falta de qualidade do ensino público? A quem interessa a desqualificação do trabalho e a desqualificação do trabalhador? A quem interessa a indigência e o autoritarismo da escola e a desqualificação do professor? A quem interessa, finalmente, que a escola se distancie das exigências postas aos trabalhadores, seus alunos, pelo moderno processo produtivo?

Com certeza, não é ao trabalhador, enquanto classe emergente e que luta para apossar-se de todos os instrumentos válidos e úteis para sua emancipação como classe, que essas questões devem ser dirigidas. Antes, devem ser encaminhadas às forças interessadas na manutenção do contexto favorável ao processo de acumulação do capital e na legitimação do atual modo dominante de produção. Devem ser dirigidas ao Estado burguês que, na questão escolar, mais do que nunca, parece representar os interesses tanto do capitalismo atrasado e conservador, quanto do capitalismo moderno, que cada dia mais prescindiria da escola. Para este, diante da atual racionalidade técnica, que combina maior divisão do trabalho com maior desqualificação do trabalhador, a escola parece cada vez mais dispensável, ao menos de oferecer um patamar mínimo de escolarização e alfabetização: os meios de comunicação modernos e a própria empresa transformam-se decisivamente na verdadeira "escola" do proletariado.

#### A Questão da Democratização e Qualidade do Ensino Público

Em nosso estudo, partimos, de fato, do pressuposto de que nem a democratização da escola nem a qualidade podem ser entendidos isoladamente, por obra de fatores próximos e imediatos à ação em sala de aula, por exemplo. No transcorrer da investigação foi se tornando cada vez mais claro que o que ocorre na escola depende

muito pouco da ação individual ou de grupos no interior da própria escola. Há fatores interferindo na prática educativa escolar que transcendem em muito a escola e têm a ver com as relações de trabalho dominantes, com a modernização do capitalismo, com a forma como o Estado assume a direção do sistema de ensino e como desqualifica de modo crescente e sistemático o principal agente da ação escolar, o professor. É sempre importante lembrar a forma como as contradições do trabalho determinam o acesso ou não à escola, a forma de permanência por um, dois, três ou mais anos na escola, ao preço de retenções e ameaças de "expulsão", e como, de modo articulado com a escola, condicionam a discriminação dos alunos-trabalhadores a vários níveis que vão desde a localização da escola, à precariedade das instalações, às mudanças de direção e de professores, ao encurtamento do período letivo, até às questões disciplinares e de penalidades. Determinam, finalmente, a discriminação dos conteúdos e experiências escolares, que ignoram, via de regra, os problemas e necessidades de seu trabalho.

Numa palavra, não se entenderá jamais a problemática da escola e de sua qualidade senão por referência ao mundo do trabalho, ao poder político e a suas decorrências.

#### Da Escola Pública sem Qualidade à Qualidade da Escola do Povo

Diante do quadro de acirramento da luta de classes e das relações de trabalho-capital no país, a apresentação de um diagnóstico da escola pública como o que acabamos de ver pode tornar-se um razoável fator de desmobilização dos trabalhadores, se não formos capazes de considerar a existência de possibilidades, poucas e ainda frágeis que sejam, de sua transformação.

Não é nada desprezível o potencial existente no fato de, apesar de a escola burguesa ser assim como é, o povo trabalhador, subalterno e marginalizado ainda acreditar e ter esperança na escola. Não se pode igualmente desprezar os avanços de tomada de consciência de sua proletarização e de sua capacidade de organização e mobilização que têm demonstrado os professores da escola pública.

A escola é um aparelho do Estado burguês, é uma instância de luta

pela hegemonia de classe. A educação é um dos direitos fundamentais da cidadania, assim como a habitação, a saúde, a terra, o emprego e o trabalho sem exploração, etc. As lutas populares pelos direitos fundamentais da cidadania com certeza serão o motor da transformação da escola pública sem qualidades em uma escola do povo a serviço do trabalhador.

É evidente que mudanças que decorram da iniciativa de diretores, professores, especialistas, no interior do sistema, podem ter importância, mas terão muito mais força e repercussão se puderem estar articuladas a movimentos muito mais amplos que façam avançar a luta em direção à plena democracia econômica, política e cultural.

De imediato, todos os responsáveis pela escola pública e que estejam convencidos do papel que ela pode exercer no interesse dos trabalhadores fariam bastante se aprofundassem o debate e a análise das múltiplas questões explícitas e implícitas no quadro diagnóstico da escola que acabamos de relatar. Adaptara organização e o funcionamento da escola, apesar de sua indigência física e material e da exploração de seus professores para responder a algumas das necessidades possíveis de serem respondidas pela escola a curto prazo pode ser um primeiro passo de uma longa e promissora caminhada.

### **Bibliografia**

**BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

COSTA, Beatriz. **O trabalhador e a produção hoje.** Rio de Janeiro, Vozes/Nova, 1985.

MANACORDA, M. A. Depoimento. **ANDE**, São Paulo (10): 59-64, 1986.

PUCCI, B. & SGUISSARDI, V. **Diagnóstico educacional: com que pressupostos teórico-metodológico?** São Carlos, UFSCar, 1988. mimeo.

PUCCI, B. & SGUISSARDI, V. et al. **Diagnóstico educacional: condições demográficas, sócio-econômica e educacional do município de São Carlos: 1984-1985.** São Carlos, UFSCar, 1987. mimeo.

——— **Escola pública e democratização do ensino no município de São Carlos.** Relatório final ou contribuição ao estudo da questão da qualidade do ensino para os alunos-trabalhadores. São Carlos, UFSCar/INEP, 1988. mimeo.

SGUISSARDI et al. **Pesquisa e intervenção em bairro: uma experiência de educação popular no Jardim Centenário — São Carlos-SP.** São Carlos, 1985. mimeo.

THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo, Polis, 1981.